



Educação Inclusiva: Educação para todos

Simone Cislaghi Gomes¹

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva nas escolas regulares públicas e privadas tem sido foco de várias discussões na sociedade e entre o meio educacional. Como ela realmente vem acontecendo. É de comum acordo a importância que para se ter uma educação inclusiva bem sucedida deve se ter a capacitação dos docentes, pois muitos não são preparados para realizar um trabalho com a diversidade e dificuldades que a inclusão proporciona. Formação essa não só dos professores que já estão trabalhando, formados, como também dos futuros professores. Tanto a escola como, os profissionais deve se prepara para a inclusão, pois se uma criança com necessidades especiais chega numa escola regular e esta não está preparada para recebe lá, ela realmente não estará sendo incluindo, será uma falsa inclusão, pois o aluno possivelmente será privado de alguns aprendizados ou por falta de conhecimentos dos profissionais ou por falta de preparo da escola.

Dessa forma não se estou tendo uma educação inclusiva para todos por querermos aprofundar no assunto, a presente pesquisa se justifica pela importância de demonstrarmos o quanto é imprescindível ter a informação e preparação dos educadores sobre o assunto. Se tentará trazer a reflexão sobre a importância de se realmente realizar uma educação para todos. E por observar isso acreditamos que a escola/ creche tem o dever de se unir sociedade para buscar o melhor para a criança em busca de conhecimento e aprendizado.

Essa pesquisa se justifica também pelo fato de ser extremamente importante buscar uma maneira para auxiliar todos aqueles que assim como nós fazemos parte do processo de aprendizagem e também fazer com que educadores, direção, pais e sociedade enxerguem o quanto é importante haver a parceria entre eles e a escola/ creche para se

¹ Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, simonecislaghigomes@yahoo.com.br



alcançar o objetivo da educação para todos. Temos que ter em mente que pais, responsáveis, professores, sociedade e profissionais da educação em geral, exercem papéis fundamentais na educação da criança, todos precisam estar em sintonia para compreender que seus papéis são interligados e de extrema importância e relevância na vida, no aprendizado e na busca de conhecimento da criança.

Pensando em legislações, apesar desse documento não ter efeito de lei, mas foi importante e decisivo para impulsionar educação inclusiva no mundo, pois sua proposta demonstrava que as escolas deveriam receber todas as crianças independente de ter ou não alguma deficiência. Pois então a partir de 1994, na Espanha, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi assinado a declaração de Salamanca, onde esse documento dá diretrizes de ação a nível internacional, nacional e regional. Essa declaração diz que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, é deve ser dada a oportunidade de atingir a manter o nível adequado de aprendizagem,
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na educação, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meio mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas promovem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Salamanca 1994).

Portanto a inclusão (Mittler, 2003, p.16) não é apenas matricular as crianças nas escolas regulares, mas sim de mudar escolas regulares, preparando-as e os seus profissionais para que possam atender de forma responsável e de qualidade. Ou seja, diz respeito a



ajudar a todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas regulares, capacitando os mesmo para ensinarem a todas as crianças de forma igual, diferente do que ocorre hoje, que sem a capacitação, o tratamento acaba sendo desigual, não por vontade pura dos professores mas por falta de conhecimento e apoio da escola e sociedade.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Diante da realidade que a escola/ creche deve ser para todos, onde o espaço educacional é para crianças com ou sem deficiência. O tema escolhido é “Educação inclusiva: Educação para todos”. Para trabalhar este assunto será realizada uma pesquisa bibliográfica, exploratória, bibliográfica, documental, sendo a natureza dos dados qualitativa.

Com o objetivo de se estar mais próximo do tema a pesquisa terá o objetivo exploratório, onde o pesquisador pode estar mais próximo do universo do objeto de pesquisa e pode oferecer informações e orientações para a elaboração das hipóteses de pesquisa. Ao ter o objetivo exploratório o pesquisador poderá ter mais facilidade para escolher as técnicas que deseja usar em sua pesquisa.

Seguindo, além de ser uma pesquisa bibliográfica, exploratória, ela baseada suas fontes de informação numa pesquisa bibliográfica e documental. Pois, essa pesquisa irá buscar informações em pesquisas já realizadas por outros autores (livros, revistas etc.), mas também em documentos que registram dados de determinada época. Com isso, com a intenção de poder usar o máximo de matéria possível se usará essas duas formas de pesquisa de informação, pois elas se complementaram.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por fim para que as escolas e o ensino se tornem mais inclusivos, é preciso que os professores, aceitem as diferenças entre seus alunos, não só aquelas já aceitas no ensino regular, mas aquelas diferenças causadas por alguma deficiência. Sendo um desafio e uma oportunidade para a criação de novas situações de aprendizagem e ensino. Os educadores sendo preparado e capacitados poderão reconhecer e auxiliar a dificuldade



que seu aluno tenha na aprendizagem escolar. Assim tanto a escola, como os profissionais da educação, pais, sociedade, governo possuem total responsabilidade para que a educação seja plena e de qualidade para todos, que a educação inclusiva ocorra de forma plena e não apenas por ter colocando crianças com deficiência em escolas regulares de ensino

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da educação, portanto, é organizar as escolas, atendendo a todos os alunos sem nenhuma discriminação, valorizando as diferenças, enriquecendo o processo educacional, tendo participação com igualdade de oportunidades.

Por fim salienta-se que a inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser revisado, fazendo-se, portanto, necessário a união de todos os membros da comunidade docente para sua implementação.

Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate das diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento.

Nesse contexto, Paulo Freire vem nos dizer que: “a inclusão não é uma utopia, mas uma oportunidade a ser realizada, desde que todos nós iniciemos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de práticas de exclusão”. É fundamental que professores, alunos considerados “normais” e o Poder Público cumpra cada qual o seu papel de instância crítica da realidade e a escola de formadora de cidadãos que possam participar da vida em comunidade. Para maximizar a aceitação e a paz social, todas as crianças devem ter a oportunidade de tornarem-se membros regulares da vida educacional e social. Esse momento da pesquisa nos remete a reflexão da transformação do sistema educacional.

Do processo de integração ao processo de Inclusão: um desafio a ser superado os processos de integração e inclusão são muito importantes enquanto processos sociais, no entanto a meta a ser atingida é a obtenção de uma sociedade inclusiva. Para tanto, o processo de integração social tem um importante parte a cumprir, superando as resistências existentes à adoção de medidas inclusivas. De fato, nem todas as pessoas com necessidades especiais, necessitam que a sociedade seja modificada totalmente,



mas algumas mudanças são fundamentais para que possam participar plenamente e igualmente exercendo a sua cidadania. Embora os termos integração e inclusão muitas vezes sejam confundidos ou entendidos como sinônimos há uma diferença relevante entre estes a respeito de seus valores e práticas sociais.

É importante que se entenda que a Educação Especial não é um mal que deve ser evitado, mas sim ser utilizada como um recurso adicional aos alunos que necessitam dela. O que é preciso evitar é a segregação dos educandos nestas salas sem a oportunidade de aprenderem e trocarem experiências juntamente com os demais alunos nas classes comuns, favorecendo o desenvolvimento e o crescimento de todos que participam deste processo. Deve-se observar também que a escola é apenas uma dentre as inúmeras instituições sociais existentes, no entanto tem um grande potencial para desencadear mudanças em toda sociedade. Isoladamente, pouco se pode fazer, mas a partir do momento em que se trabalha com o objetivo de mudar a realidade e formar opiniões, poderão ser, de fato, modificadas as concepções preconceituosas ainda existentes. Cabe ressaltar, que a escola também sofre influência da sociedade na qual está inserida. Enquanto instituição social responsável pela construção do conhecimento e da cidadania precisa de apoio e de outros setores da sociedade para atingir a seus objetivos, ou seja, a implantação da inclusão nas escolas está vinculada a outros fatores sociais. As mudanças no pensar, no sentir, e fazer educação para todos.

Por mais paradoxal que possa parecer, as transformações que todos almejamos levando nossas escolas a oferecerem respostas educativas de qualidade – ao mesmo tempo comuns e diversificadas, não dependem, apenas, das políticas educacionais. Estas devem estar articuladas com as demais políticas públicas, particularmente com as responsáveis pela distribuição de recursos financeiros, por programas de saúde, nutrição, bem estar familiar, trabalho e emprego, ciência e tecnologia, transportes, desporto e lazer, para mencionar algumas.

A educação inclusiva no Brasil ainda está em seu estado embrionário, e sabemos que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Todavia, esperamos que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decadentes do atendimento aos portadores de necessidades especiais.



Palavras-chave: Inclusão, educação especial, professor

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal – Brasília, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

BEYER, H. O. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.2, n.2, jul./2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro: SME, RJ, 1996

ESCOUTO, Ana Lucia Roman. Educação Inclusiva – Educação para todos. Disponível em: <https://educacaoespecialprocessosinclusivos.wordpress.com/2012/08/27/educacao-inclusiva-educacao-para-todos/> . Acessado em: 02/04/2019

MITTLER, Petter. Educação Inclusiva Contextos Sociais. Porto Alegre. Ed. Artmed. 2003

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação: Curitiba, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.